



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A
A DISTÂNCIA - PROEAD
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDRAS CARNEIRO VAZ

**IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS DA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS-PB**

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2014

EDRAS CARNEIRO VAZ

**IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS DA
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS-PB**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino a distância, da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública, Linha de Formação
Específica (LFE) III – Gestão Municipal,
semestre 2014.2.

Orientador: Prof. Me. José Austerliano Rodrigues

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2014

V393i Vaz, Edras Carneiro.

Identificação das ações sustentáveis da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos - PB [manuscrito] : / Edras Carneiro Vaz. - 2014.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública - EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof. Me. José Austerliano Rodrigues, Secretaria de Educação à Distância".

1. Ações sustentáveis. 2. Secretaria de Meio Ambiente. 3. Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos - PB. I. Título.

21. ed. CDD 304.2

ESDRAS CARNEIRO VAZ


**IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS DA SECRETARIA DE MEIO
AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
RIACHO DOS CAVALOS – PB**

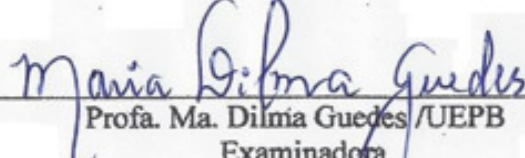
**Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Administração
Pública, modalidade de ensino à distância,
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito à obtenção do título de Bacharel em
Administração, Linha de Formação
Específica (LFE) III – Gestão Municipal,
semestre 2014.2.**

Aprovado em: 06 / 12- / 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. José Austerliano Rodrigues /UEPB
Orientador


Prof. Esp. Ericson Robson de Sousa Bernardo /UEPB
Examinador


Profa. Ma. Dilmá Guedes /UEPB
Examinadora

A Deus por suas misericórdias e companheirismo nos momentos felizes e difícil ao longo dos quarenta e oito meses de Curso.

Ao meu pai, Antônio Vaz de Freitas, pela dedicação, companheirismo, exemplo e amizade,

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Prof^ª. Dr^ª. Jacqueline Echeverría, coordenadora do Curso de Bacharelado em Administração Pública, por seu empenho.

Ào Prof. Me. José Austerliano Rodrigues pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Ao meu pai Antônio, a minha mãe Maria, as minhas irmãs Elionai e Marta, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Aos professores do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Secretaria de Educação a Distância da UEPB, em especial, Ana Lúcia Carvalho, Antônio Germano Ramalho, Gabriela Gonçalves, Geuda Anaziles da Costa, Giuliana Vieira, Kaline di Pace, Karla Roberta Castro, Manuela Eugênio Maia, Odilon Avelino, Sandra Maria Araújo, Suênia Freire, Viviane Barreto Motta; que contribuíram ao longo de quarenta e oito meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos tutores e Funcionários da UEPB, Alexandre Ramos, Carlos Garcia, Euzimar Oliveira, Joyce Siqueira, Emerson Leandro, Mucio Silva pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos Colegas de classe em especial Ana Paula Azevedo, Bartolomeu Leite, Chaiane Abrantes, Denise Rafael, Djalma Linhares, Domicio Filho, Felipe Queiroz, Geraldino Muniz, Maria Margarete Carneiro, Neiliane Galvão, Joás Pnheiro, Marileide Lúcio, Wlisses da Silva, pelos momentos de amizade e apoio.

Se o ser humano respeitasse as leis da natureza, a biodiversidade não seria prejudicada, e a frequência de desastres naturais seria infinitamente menor.

Pr. Silas Malafaia

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da Sec. de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.....	24
---	----

LISTA DE SIGLAS

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CMMA- Conselho Municipal de Meio Ambiente
FMMA- Fundo Municipal de Meio Ambiente
LOA- Lei Orçamentária Anual
PDM- Plano Diretor Municipal
PMMA- Política Municipal de Meio Ambiente
PNRS- Política Nacional de Resíduos Sólidos
RIO 92- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento,
realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992.
SEMA- Secretária Especial do Meio Ambiente
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Justificativa.....	12
1.2. Objetivo Geral.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Gestão Ambiental.....	14
2.2 Marcos da Gestão Socioambiental nas últimas décadas.....	14
2.3 Problemas Ambientais Contemporâneos.....	18
2.4 Instrumentos de Planejamento Alternativos.....	18
2.4.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	19
2.4.2 Política Municipal de Meio Ambiente.....	20
2.4.3 Plano Diretor Municipal.....	20
2.4.4 Conselhos Municipais de Meio Ambiente.....	21
2.5 Atuação do Poder Público Municipal.....	22
3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	23
4. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	24
4.1 Parte I – Perfil Sócio-Demográfico da Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.....	24
4.2 Parte II – Pesquisa Sobre Ações Sustentáveis realizada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
ANEXOS.....	30

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS-PB

VAZ, Edras Carneiro¹

RODRIGUES, José Austerliano²

RESUMO

O referido trabalho teve como objetivo identificar as ações sustentáveis realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos- PB. Para a consecução do estudo objeto deste artigo, realizou-se uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa, neste sentido foi realizada uma entrevista com a Secretária de Meio Ambiente e o Secretário de Administração Municipal, com intuito de identificar as ações sustentáveis realizada na Secretaria de Meio Ambiente Municipal. Na finalidade de obter as informações, foi organizado um questionário com 11 questões, dividido entre perguntas subjetivas e objetivas. Além da entrevista, foi feita uma análise documental com consultas a projetos e a Lei Orçamentária Anual (LOA) na finalidade de aprofundar os conhecimentos referentes às ações sustentáveis. A pesquisa foi desenvolvida entre os dias 08 e 03 de Novembro de 2014. Para a obtenção dos dados da pesquisa foi analisado um questionário aplicado a Secretária de Meio Ambiente e o Secretário de Administração Municipal do Município de Riacho dos Cavalos-PB. Também foi feito uma pesquisa documental com consulta aos programas e projetos desenvolvidos pela Gestão Pública Municipal. Quando indagada sobre os principais desafios vivenciada a frente da Secretaria de Meio Ambiente, a Secretária pontuou que o Município vem recebendo recursos mínimos. Com isso programas e projetos ficam na impossibilidade de serem executados como a instalação de aterro sanitário, citado pela Secretária. Para suprir a falta de recursos, a Gestão Pública Municipal contratou uma empresa para elaboração de um plano Municipal de Resíduos Sólidos, item destacado no art. 18 da Lei 12.305/2010 como requisito de obtenção de recursos da União. Acerca da inserção da participação da população nos debates, verificou-se a inclusão na Lei Nº 586/2014 que trata sobre o Plano Diretor Participativo Municipal. Ao final do Trabalho de pesquisa, realizado na Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB, após coletados dados e apresentado as ações que a Secretária de Meio Ambiente e a Gestão Pública Municipal tem realizado. Percebeu-se que a Gestão Ambiental Municipal tem apresentado desafios concernentes a aplicação de ações sustentáveis. As discussões apresentadas nesse artigo poderão representar importantes reflexões a respeito da Gestão Ambiental Municipal com a realização de ações sustentáveis que visem à preservação do meio ambiente local.

Palavras-chave: Ações Sustentáveis, Secretaria de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.

¹Bacharelado em Administração Pública, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB/Campus IV – CEP 58884-000 - Catolé do Rocha – Paraíba – Brasil – edrascarneiroadm@gmail.com.

²Aluno do Doutorado Interinstitucional em PUR, DINTER IPPUR/UFRJ-UEPB pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ (2013-17) – austerlianorodrigues@bol.com.br.

IDENTIFICATION OF SUSTAINABLE SHARES HELD BY THE PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS-PB

ABSTRACT

This work aimed to identify sustainable actions taken by the Department of Environment of the City Creek horses- of PB. To achieve the object study of this article, there was a quantitative and qualitative research in this direction was made an interview with Secretary of Environment and the Secretary of Municipal Administration, aiming to identify sustainable actions carried out in the Department of Municipal Environmental. In order to obtain the information, a questionnaire was organized with 11 questions, divided between subjective and objective questions. In the interview, documentary analysis with visits to projects and the Annual Budget Law was made (LOA) in order to deepen the knowledge regarding sustainable actions. The research was conducted between days 8:03 November 2014. To obtain research data was analyzed a questionnaire Secretary of Environment and the Secretary of Municipal Administration of the Município de Riacho dos Cavalos-PB. It was also made a documentary research refers to programs and projects developed by the Municipal Public Management. When asked about the key challenges experienced the front of the Department of the Environment, the Secretary pointed out that the municipality has received minimal resources. With that programs and projects are unable to run as the installation of landfill, quoted by the Secretary. To address the lack of resources, the Municipal Public Management hired a consultant to prepare a plan of Municipal Solid Waste, highlighted item art. 18 of Law 12,305 / 2010 as a condition of obtaining federal funds. About insertion of popular participation in the debates, it was found the inclusion in the Law No. 586/2014 which deals with the Master Plan Municipal Participatory. At the end of the research work, carried out in the Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB after data collected and presented the actions that the Secretary of Environment and the Municipal Public Management has performed. It was noticed that the Municipal Environmental Management has presented challenges regarding the implementation of sustainable actions. The discussions presented in this article may represent important reflections on the Municipal Environmental Management to the implementation of sustainable actions for the preservation of the local environment.

Keywords: Sustainable Actions, Department of Environment, Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.

1. INTRODUÇÃO

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Desenvolvimento - Rio 92, um conjunto de ações dos setores governamental, empresarial e da sociedade, foi empreendido no sentido de fomentar um novo modelo de gestão focado no desenvolvimento sustentável. O processo de descentralização da gestão ambiental que já estava presente na esfera estadual, estendeu-se no âmbito municipal.

Segundo Chiesa (2008) com a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente, os municípios passaram a desempenhar um importante papel na defesa do meio ambiente, reforçado na Constituição da República, que reconheceu o município como ente federativo, que pode e deve legislar sobre assuntos de interesse local, portanto tomando para si decisões em defesa do patrimônio natural e cultural, e conseqüentemente, proporcionando bem-estar aos cidadãos. Destaca o autor que o município é a instância mais adequada para resolver os problemas ambientais, visto que todo impacto ambiental é, antes de tudo, local, o que fortalece o slogan ambientalista “pensar globalmente, agir localmente”.

Falqueto (2007, p.2) “explica que a administração Pública exerce um papel estratégico na promoção de mudanças dos padrões de consumo e de produção, sobretudo, no que se refere á inserção de critérios ambientais em suas próprias atividades administrativas”.

Nesse sentido a Gestão Ambiental inclui uma serie de atividades que devem ser administradas, tais como: Formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a Instituição esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programa de prevenção á poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, além de monitorar o programa ambiental da instituição. (KRAEMER, 2003).

1.1 Justificativa

O Município de Riacho dos Cavalos foi criado pela lei número 2.675 de 22 de Dezembro de 1961 e instalado em 31 de Dezembro de 1961.

Segundo o censo de 2010 (IBGE, 2010) o município possui 8.314 habitantes, sendo que 4.025 (48,41%) destes residem na zona urbana e 4.289 (51,59%) na zona rural, do total da população 4.240 são homens e 4.072 mulheres.

Como acontece na maioria dos municípios brasileiros a coleta do lixo do município é feita de forma que o coletor encaminhe os resíduos sólidos coletados para uma área que

deveria ser um aterro sanitário, mas que acaba se tornando um vazadouro ou lixão a céu aberto, por não haver um controle sobre os materiais ali depositados.

Destaca Nascimento (2012) que o lixo tem sido uma das grandes preocupações das administrações municipais, pois aumenta o seu volume, assim como aumentam as dificuldades para encontrar áreas adequadas que sirvam de depósito. O resultado é que o lixo está viajando para mais longe. A alternativa para os aterros sanitários seria uma coleta seletiva eficiente, encaminhando o lixo seco para reciclagem e o lixo orgânico para compostagem e geração de biogás.

De acordo com Schenini e Nascimento (2002) o panorama de depleção e esgotamento dos recursos naturais, de contaminação e envenenamento dos recursos hídricos, dos solos e do ar e da diminuição da qualidade de vida das populações tem levado os administradores públicos a buscar novas soluções para esses problemas. Nesse sentido, inúmeras ações têm sido experimentadas, buscando, cada qual a sua maneira, novas formas de gerenciar os serviços públicos.

Quais serão os desafios enfrentados pela Secretaria de Meio Ambiente Municipal? Quais programas e projetos tem sido implementados? As discussões apresentadas nesse artigo poderão representar importantes reflexões a respeito da Gestão Ambiental Municipal com a realização de ações sustentáveis que visem à preservação do meio ambiente local.

Apesar das discussões em torno dos problemas e necessidades ambientais estarem cada vez mais evidentes nas organizações, a quantidade ainda pequena de estudos que abordem a identificação de ações sustentáveis executadas nos municípios torna este trabalho acadêmico relevante.

1.2. Objetivo Geral

O referido trabalho tem como objetivo identificar as ações sustentáveis realizada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos- PB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gestão Ambiental

Segundo Dias (2006) a gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento sustentável. O processo de gestão ambiental está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas (prefeituras, governos estaduais e federais) sobre o meio ambiente.

A gestão ambiental é a forma pela qual a organização se mobiliza, interna e externamente, para a conquista da qualidade ambiental desejada. Inclui uma série de atividades que devem ser administradas, tais como:

Formular estratégias de administração do meio ambiente, assegurar que a instituição esteja em conformidade com as leis ambientais, implementar programas de prevenção à poluição, gerir instrumentos de correção de danos ao meio ambiente, além de monitorar o programa ambiental da instituição (KRAEMER, 2003 apud FALQUETO, 2007, P. 28).

Enfatiza Reis (1995 apud FALQUETO, 2007, p.11), que o objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho de qualquer organização pública ou privada.

A busca permanente da qualidade ambiental é, portanto, um processo de aprimoramento constante do sistema de gestão ambiental global de acordo com a política ambiental estabelecida pela organização.

2.2. Marcos da Gestão Socioambiental nas Últimas Décadas

Os impactos da espécie humana sobre o meio ambiente, na concepção de alguns cientistas, podem ser associados e comparados às grandes catástrofes do passado geológico da terra. Sob esse olhar, passou-se a entender que a humanidade precisa reconhecer que as agressões ao meio ambiente colocam em risco a sobrevivência de sua própria espécie. Esse quadro não é parte de um contexto nacional ou regional, e sim um problema que afeta diretamente a existência da humanidade como um todo. É a vida que se encontra em perigo. Não se pode conceber um ecossistema sem o homem e também é impossível pensar na humanidade sem algum ecossistema. (KRAEMER, 2004 apud SOUZA, 2011 p.13).

Diante desse quadro exposto acima, surgiram vários grupos de defensores e pacifistas ambientais que conforme Santos (2005), buscaram discutir com o cidadão comum, com as autoridades e os meios de comunicação a responsabilidade de cada um deles diante das questões que envolviam a degradação do meio ambiente. Ao impulsionar a reflexão sobre o alcance da intervenção humana no planeta, inauguraram uma nova concepção de cidadania, na qual o homem é vinculado á completa teia da vida. Um dos primeiros movimentos sociais a reverter esse quadro caótico em que se encontrava o meio ambiente foi à construção de uma nova ciência, denominada ecologia, isso tudo nas décadas de 60 e 70. Notou-se assim, que o conhecimento sobre o meio ambiente era insuficiente, e que qualquer decisão agora seria baseada nas descobertas da ecologia e demais ciências afins. Sobre isso,

Em 1864, ocorre o lançamento do livro “O Homem e a Natureza”, ou “ geografia Física Modificada pela Ação do Homem”, de autoria do norte-americano Georges Perkins Marsh. Cinco anos depois, o vocábulo “ecologia” é proposto por Ernst Haeckel para definir os estudos a serem realizados sobre as relações entre as espécies e seu ambiente. (ARAÚJO, 2007 apud SOUZA, 2011, p.13).

Em 1972 realizou-se a Conferência de Estocolmo, onde foi concebido o plano de ação mundial, em particular, foram dadas diretrizes para um programa internacional de educação ambiental que, segundo dispõe Pedrini (1998) “pela primeira vez, a educação ambiental foi reconhecida como essencial para solucionar a crise ambiental internacional, enfatizando a priorização em reordenar suas necessidades básicas de sobrevivência na terra”.

De acordo com Nascimento (2012, p.18) após a Conferência de Estocolmo, as nações começaram a estruturar seus órgãos ambientais e a estabelecer legislações, visando o controle da poluição ambiental. Poluir passou a ser considerado crime em diversos países.

A Conferência de Estocolmo influenciou a sociedade brasileira resultando, em 1973, na criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), que assumiu a função de estabelecer normas e padrões relativos á preservação do meio ambiente. Entretanto, apesar da sua importância, para Souza (2011) esta conferência configurou-se mais como um ponto centralizado para identificar os problemas ambientais, do que um começo de ação para resolvê-los.

Em 1975, é lançada a “Carta de Belgrado”, buscando uma estrutura global para a educação ambiental. A carta precipuamente constatou um crescimento econômico e um processo tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias conseqüências ambientais e sociais. Assim, segundo Pedrini (1998), esta carta preconizava uma nova ética planetária para promover a erradicação da pobreza, analfabetismo, fome, poluição, exploração e dominação humanas. Pedrini censurava ainda, o desenvolvimento de uma nação em prejuízo de outras.

A Carta de Belgrado entendeu como absolutamente vital que:

Os cidadãos de todo o mundo insistissem a favor de medidas que dessem suporte ao tipo de crescimento econômico que não trouxesse repercussões prejudiciais às pessoas, bem como não diminuíssem, de nenhuma maneira, as Condições de vida e de qualidade do meio ambiente, propondo uma nova ética global de desenvolvimento, através, dentre outros mecanismos, da reforma dos processos e sistemas educacionais. (PEDRINI, 1998 apud SOUZA, 2011, p.15).

Em outubro de 1977, em Tbilisi (URSS), acontece a primeira Conferência Internacional em Educação Ambiental, que constitui o ponto culminante do programa Internacional de Educação Ambiental, portanto, a segunda reunião internacional promovida pela UNESCO. Nessa conferência, definiram-se objetivos e estratégias, a nível nacional e internacional. Naquele instante, postulava-se que a educação ambiental fosse um elemento essencial para uma educação formal e não formal, da qual resultariam benefícios para a humanidade.

Destaca Souza (2011) que nessa primeira conferência se chegou á conclusão de que a educação deveria, simultaneamente, preocupar-se com a conscientização, a transmissão de informação, o desenvolvimento de hábitos e a promoção de valores, bem como o estabelecimento de critérios e orientações para a resolução de problemas.

No final da década de 80, a preocupação com a conservação do meio ambiente globalizou-se. Dois exemplos disso são o “Protocolo de Montreal”, firmado em 1987, que bane toda uma família de produtos químicos (os clorofluorcarbonos ou CFC’s) e estabelece prazos para sua substituição, e o “ Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, instituída pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Este último, também chamado de Relatório Brundtland, em razão do nome de sua coordenadora, foi publicado em 1987, sob o título de “Nosso Futuro Comum”, e permitiu disseminar mundialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Ressalta Nascimento (2012) que o relatório de Brundtland é considerado um marco no processo de debates sobre a interligação entre as questões ambientais e o desenvolvimento,

pois faz um alerta para a necessidade das nações se unirem na busca de alternativas para os rumos vigentes do desenvolvimento. Afirma também, que o crescimento econômico que não melhora a qualidade de vida das pessoas e das sociedades não pode ser considerado desenvolvimento de forma paralela, o relatório também mostra que seria possível alcançar um maior desenvolvimento sem destruir os recursos naturais, conciliando crescimento econômico com conservação Ambiental.

Após longa discussão sobre a globalização e a situação dos países do terceiro mundo e a relação destes com os países desenvolvidos, no que diz respeito á preservação ambiental, começou a ser preparada a conferência Rio-92, cuja grande preocupação era os problemas ambientais globais e as questões do desenvolvimento sustentável. Nesse conclave, são lançados os desafios fundamentais para o próximo milênio.

Entre os vários documentos emanados dessa conferência, destaca-se a agenda 21, que apresenta um plano de ação para o desenvolvimento sustentável dos vários países. De acordo com os preceitos desta agenda, deve-se promover, com a colaboração apropriada das organizações não governamentais, todo o tipo de programas educacionais centrados nos problemas locais, de forma a incentivar uma educação permanente sobre meio ambiente e desenvolvimento (SOUZA, 2011, p. 8).

Com a adoção da agenda 21, almeja-se que o planejamento estratégico tome novos rumos, orientado á integração da sociedade e instituições públicas,

que juntos aliariam esforços para alcançar um resultado desempenhando em conjunto que implique na melhoria da qualidade de vida do país e na continuidade do desenvolvimento econômico (constituído sobre novas bases), sem a continuidade da degradação ambiental. (BRANCO, apud MACHADO, 2002, p.17).

Analisando os marcos socioambientais da para perceber que a conscientização ambiental acontecida ao longo da metade do século XX ocorreu em paralelo ao aumento das denúncias sobre os problemas de contaminação do meio ambiente. O processo desencadeado gerou um grande número de normas e regulamentos internacionais que foram reproduzidos no sesta dos nacionais e, ao mesmo tempo, surgiram inúmeros órgãos responsáveis para acompanhar a aplicação de instrumentos legais.

De acordo com Dias (2006, p.29) “essa nova realidade implica numa radical mudança de atitude por parte das organizações do setor privado e público da economia, que têm cada vez mais de levar em conta a opinião pública quando se trata de questões ambientais”.

2.3. Problemas Ambientais Contemporâneos

Todos os desastres que têm acontecido com o meio ambiente são frutos do que o ser humano tem sido capaz de fazer, ou seja, modificar seu meio ambiente para adaptá-lo às suas necessidades. O acelerado crescimento populacional criou uma demanda sem precedentes, a qual o desenvolvimento tecnológico pretende satisfazer submetendo, para tanto, o meio ambiente a diversos tipos de agressões que são responsáveis por provocar o declínio da qualidade e da capacidade do meio ambiente para a sustentação da vida. (SOUZA, 2011, p.11).

Segundo Kraemer (2004 apud SOUZA, 2011), o efeito do aquecimento global, tão em pauta nos discursos ambientalistas modernos, tem como uma de suas raízes o impacto causado pelo uso de combustíveis fósseis. Tal queima tem produzido sobre o meio ambiente terrestre o aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera que, por sua vez, ocasiona um aumento da temperatura global da terra. Além disso, o uso de pesticidas arraigado às ações humanas em suas práticas de agricultura - contamina a atmosfera, os solos e as vegetações de regiões agrícolas e interferem no metabolismo do cálcio das aves, a erosão do solo é responsável por degradar de 20 a 35% das terras de cultivo de todo mundo.

Deve-se considerar ainda a perda de terras virgens, o emergente problema de proporção mundial relacionado ao abastecimento de água consequência do esgotamento e da contaminação dos aquíferos subterrâneos, ou seja, a queda na qualidade e disponibilidade da água e a destruição da camada de ozônio.

Consoante Souza (2011) fica nítido, portanto, que uma enorme parte dos problemas vividos atualmente no mundo é definitivamente potencializada e em inúmeros casos, ocasionada em decorrência da intervenção irresponsável da figura humana no planeta e nos ecossistemas. Daí, a crescente importância de se compreender e por em prática todo o aprendizado relacionado com a educação ambiental sustentável.

2.4. Instrumentos de Planejamento Alternativos

De acordo com Roriz e Castro (2011) a adequada gestão dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no país ainda são um grande desafio a ser conquistado pela sociedade. A humanidade desde os seus primórdios tem explorado os recursos naturais, no início era para satisfação de suas necessidades, mas, com o passar do tempo e a evolução, esta

exploração se intensificou de tal forma que começou a trazer grandes e graves consequências para o meio ambiente.

Os recursos naturais são finitos e o uso inadequado resulta na impossibilidade de sua renovação, decorrendo em desequilíbrio ecológico com drásticas consequências para todo planeta.

Nesse contexto de degradação, encontra-se o lixo urbano que é um dos fatores que têm ocasionando sérios problemas ambientais, sendo, portanto, a questão dos resíduos sólidos, sua coleta e destinação final um tema que deve ser cuidadosamente tratado, tornando relevante o interesse no presente estudo.

2.4.1. Política Nacional de Resíduos Sólidos

Destaca Rauber (2011, apud MAIA et.al, 2014, p.5) que após tramitar por duas décadas no Congresso Nacional, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é resultado de ampla discussão entre governo, instituições privadas, organizações não governamentais, e sociedade civil, reunindo princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes para gestão dos resíduos sólidos no país.

Não obstante sua longa tramitação, a PNRS é um texto moderno e com várias inovações, elucidando diversos conceitos de grande importância para o entendimento das questões ambientais relacionadas aos resíduos sólidos. Como exemplo, pode-se citar o conceito de gerenciamento de resíduos sólidos, que segundo a lei corresponde ao conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei (BRASIL, 2010).

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos os Estados, municípios, e indústrias devem criar

planos para a gestão dos resíduos sólidos, consubstanciados na implementação da coleta seletiva, construção de aterros sanitários, realização da logística reversa, promoção da Educação Ambiental. Em outras palavras, deve-se elaborar um conjunto de ações interligadas que propiciem, de forma adequada, o processo de coleta, transporte e destinação final dos resíduos gerados por cada ente. (MAIA et.al., 2014, p.6)

A Política Nacional dos Resíduos Sólidos propõe medidas de incentivos para realização de consórcios públicos regionais com o objetivo de ampliar a capacidade de gestão das

administrações municipais, por meio de ganhos de escalas e redução de custos no caso de compartilhamento de sistemas de coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010). Desta forma, Estados e Municípios podem juntos procurar a melhor forma de gerir os seus resíduos.

2.4.2. Política Municipal de Meio Ambiente

É através da política municipal de meio ambiente (PMMA) que o poder público local estabelece as normas e diretrizes, na forma de lei, que regulamentam as questões ambientais locais, conforme Souza et. al.(2003).

Está explícito na lei nº 6.938/81 que os municípios poderão elaborar normas ambientais, desde que não entrem em conflito com as de âmbito federal e estadual, e poderão exercer, na sua jurisdição, controle e fiscalização das atividades capazes de provocar a degradação ambiental. Outro marco foi a promulgação da lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, e que autoriza a cobrança pelos municípios, de multa por infração ambiental, desde que este disponha de uma secretaria de meio ambiente (ou órgão afim) ou de um conselho de meio ambiente, integrado(s) ao sistema nacional de Meio Ambiente (CARVALHO et al., 2005).

Segundo Souza et al. (2003), os municípios, para viabilizar sua PMMA, poderão criar um Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) para onde serão canalizados os recursos arrecadados decorrentes de multas, penalidades, doações ou por dotação orçamentária.

Os autores afirmam que o FMMA “tem como objetivo financiar programas, projetos e ações de iniciativas públicas e privadas, uso racional e sustentado dos recursos naturais, controle, fiscalização, defesa e recuperação do meio ambiente e a educação ambiental” (SOUZA et al., 2003, p.69).

2.4.3. Plano Diretor Municipal

De acordo com a Constituição Federal, o Plano Diretor Municipal (PDM) deve ser o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, a qual tem como objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Trata-se de um instrumento para viabilizar a política urbana nacional de forma mais transparente e democrática. A Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, o estatuto da

cidade, estabelece que o “plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas” (SOUZA et.al., 2003, p.73).

Os planos atuais na sua elaboração, fiscalização e implementação devem contar com a participação da população; deve considerar em suas análises a totalidade do território do município, ou seja, área urbana e rural e, finalmente, valorizar a ordem econômica, social e ambiental.

Souza et.al. (2003), Rezende e Ultramari (2008) e Carvalho et.al (2005) concordam que a população não participa dos debates (audiências públicas) porque o assunto muitas vezes não lhe interessa, ou seja, é falso afirmar que ele representa os interesses e a vontade da sociedade uma vez que a maioria não vê seus problemas e suas soluções nos planos.

Campos e Morais (2009) descrevem que cabe ao homem a construção de um projeto coletivo de relacionamento mais harmonioso entre sociedade e meio ambiente, por meio de um conjunto de estratégias de gestão ambiental sob-regimes políticos de democracia participativa que encaminhem os municípios ao desenvolvimento regional e urbano.

2.4.4. Conselhos Municipais de Meio Ambiente

Conforme o CONAMA (2009, p.1) o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) é um órgão criado para aumentar a consciência e promover a mudança de hábitos e de comportamentos da população local e tem a função de opinar e assessorar o poder executivo municipal – a prefeitura, suas secretarias e o órgão ambiental municipal – nas questões relativas ao meio ambiente. Seu caráter é deliberativo, consultivo e normativo. Entre suas atribuições destacam-se a proposição da política ambiental do município e sua fiscalização; a concessão de licenças ambientais para atividades potencialmente poluidoras em âmbito municipal, a promoção da educação ambiental; a criação de normas legais e sua adequação aos padrões estadual e federal; o levantamento de opiniões sobre aspectos ambientais de políticas estaduais ou federais que impactem o município, o recebimento e averiguação de denúncias oriundas da população sobre a degradação ambiental.

Vale lembrar que o CMMA não tem a função de criar leis e tampouco tem o poder de polícia. A criação de leis compete ao legislativo municipal e a fiscalização não pode ser exercida diretamente, isto é, “pode indicar ao órgão ambiental municipal a fiscalização de atividades poluidoras” (CONAMA, 2009, p.1).

Para cumprir com suas atribuições podem fazer parte do Conselho Municipal de Meio Ambiente representantes de secretarias municipais de saúde, educação, meio ambiente, obras, planejamento, câmara de vereadores, sindicatos, entidades ambientalistas, grupos de produtores, instituições de defesa do consumidor, associações de bairros, grupos de mulheres, de jovens e de pessoas da terceira idade, entidades de classe, entidades representativas do empresariado, instituições de ensino, movimentos sociais e de minorias, entre outras.

Para sua implementação, é indispensável à mobilização da comunidade na discussão da lei que institui o CMMA. A referida lei deverá ser elaborada e aprovada pela câmara de Vereadores do município; o(s) conselheiro a(s) e seus suplentes deverão ser nomeados e empossados pelo poder executivo municipal; o regimento interno do conselho deverá ser discutido e aprovado pelos conselheiro(a)s empossado(a)s e deverá se reunir com periodicidade regular, abertos á participação dos demais membros da comunidade, na condição de ouvintes (CAMPOS; MORAIS, 2009, p.9).

2.5. Atuação do Poder Público Municipal

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92, um conjunto de ações dos setores governamental, empresarial e da sociedade, foi empreendido no sentido de fomentar um novo modelo de gestão focado no desenvolvimento sustentável. O processo de descentralização da gestão ambiental que já estava presente na esfera estadual, estendeu-se no âmbito municipal.

Segundo Chiesa (2008) com a implantação da Política Nacional de Meio Ambiente, os municípios passaram a desempenhar um importante papel na defesa do meio ambiente, reforçado na Constituição da República, que reconheceu o município como ente federativo, que pode e deve legislar sobre assuntos de interesse local, portanto tomando para si decisões em defesa do patrimônio natural e cultural, e conseqüentemente, proporcionando bem-estar aos cidadãos. Destaca o autor que o município é a instância mais adequada para resolver os problemas ambientais, visto que todo impacto ambiental é, antes de tudo, local, o que fortalece o slogan ambientalista “pensar globalmente, agir localmente”.

Acerca da participação dos municípios, em discurso no Primeiro seminário de Meio Ambiente realizado pela Associação Mineira de Municípios – AMM em Belo Horizonte - MG, o presidente da AMM enfatizou em sua explanação o reconhecimento de uma legislação mais avançada quando se trata de meio ambiente, mas ao mesmo tempo, o maior problema

para os municípios cumprirem com a legislação ambiental seria a falta de financiamento do Governo Federal. (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA, 2013).

Alerta Chiesa (2008) que para a efetividade esperada é necessário que os municípios estejam estruturados e capacitados para o enfrentamento dos conflitos gerados por diversos interesses.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a consecução do estudo objeto deste artigo, realizou-se uma pesquisa de abordagem quanti-qualitativa. Segundo Prates (2005 apud MELATI, 2013, p. 28) a pesquisa quanti-qualitativa trabalha com dados de fácil quantificação, qualificação e complementa-os com dados subjetivos ou descritivos. Neste Sentido, foi realizada entre os dias 08 de Outubro e 03 de Novembro de 2014, uma entrevista com a Secretária de Meio Ambiente e o Secretário de Administração Municipal, com intuito de identificar as ações sustentáveis realizada na Secretaria de Meio Ambiente Municipal.

De acordo com Lakatos e Marconi (1991) “a entrevista é um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto”. Segundo Zanella (2009) associada com a técnica da Observação, a entrevista possibilita obter maior informação, pois além da fala, dos depoimentos, você pode perceber a linguagem gestual do respondente.

A entrevista aplicada foi do tipo semi-estruturada, onde o entrevistador dispõe de um roteiro-guia, no entanto, não necessariamente segue a ordem determinada no roteiro, se oportuno, inclui novos questionamentos durante o encontro, mas nunca perdendo os objetivos da investigação (ZANELLA, 2009, p. 121). Na finalidade de obter as informações, foi organizado um questionário com 11 questões, dividido entre perguntas objetivas e Subjetivas.

Além da entrevista, foi feita uma análise documental com consultas a projetos e a Lei Orçamentária Anual (LOA) na finalidade de aprofundar os conhecimentos referentes às ações sustentáveis. Para Zanella (2009) a pesquisa documental envolve a investigação em documentos internos [da organização] ou externos [governamentais, de organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa, dentre outras]. Essa ferramenta de pesquisa possui pontos fortes como: - Estável: podem ser revisadas quantas vezes forem necessárias, - Exato: contêm nomes, referências, detalhes, - Ampla cobertura: longo espaço de tempo, muitos eventos e ambientes distintos.

Em relação aos fins, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. Conforme Gil (2007) a pesquisa exploratória tem a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno. Segundo o autor, esse tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva. De acordo com Triviños (1987) a pesquisa descritiva, como o próprio nome já diz, tem o objetivo de descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa foi desenvolvida entre os dias 08 de Outubro e 03 de Novembro de 2014. Para a obtenção dos dados da pesquisa foi analisado um questionário aplicado a Secretária de Meio Ambiente e o Secretário de Administração do Município de Riacho dos Cavalos-PB. Também foi feita uma pesquisa documental com consulta aos programas e projetos desenvolvidos pela Gestão Pública Municipal.

A primeira parte do questionário com questões objetivas foi direcionada ao perfil sócio-demográfico da Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.

Na segunda parte foram feitas indagações subjetivas que mencionavam a respeito das ações Sustentáveis realizada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.

4.1 Parte I – Perfil Sócio-Demográfico da Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB

4.1.1 Cargo	Secretária de Meio Ambiente
4.1.2. Sexo	Feminino
4.1.3. Idade	25-30
4.1.4. Escolaridade	Graduada em Enfermagem pela Faculdade Integrada de Patos (FIP) Paraíba.

Tabela 1 – Dados da Secretária de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB.

Um ponto a ser observado nas questões objetivas abordada pela Secretária de Meio Ambiente é a escolaridade. A Secretaria de Meio Ambiente apresenta-se agregada a Secretaria de Saúde. Consequentemente, sem a estrutura Mínima, a Política Municipal de Meio Ambiente deixa de ser estruturada e atuante. Fator que se mostra como preocupante para atuação das ações sustentáveis no Município.

4.2 Parte II – Pesquisa Sobre Ações Sustentáveis realizada pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB

Na primeira questão subjetiva, foi perguntada a Secretária de Meio Ambiente sobre o que destacaria como desafio e o que tem mais exigido na Secretaria de Meio Ambiente do Município. A Secretária pontuou que “o Município vem recebendo recursos mínimos”.

Através da fala da Secretária, percebe-se que a Secretaria de Meio Ambiente desprovida de recursos, não apresenta uma estrutura adequada para executar ações sustentáveis no Município. Sem os recursos, a Secretaria fica impossibilitada de ter uma sede própria e recursos humanos disponíveis. Com isso programas e projetos ficam na impossibilidade de serem executados como a instalação de aterro sanitário, citado pela Secretária.

A segunda questão subjetiva foi perguntada ao Secretário de Administração em referência ao Município ser uma instância adequada para resolver os problemas ambientais, visto que todo impacto ambiental ser, antes de tudo, local.

Respondeu o Secretário, que “os poderes Estaduais e Federais não estão por dentro da realidade como o poder executivo municipal. Apesar de que, os dois poderes citados não destinam nenhum tipo de recurso para que possa tratar da maneira como devem ser tratados os resíduos sólidos”. Assim sendo, as palavras do Secretário de Administração, mostram que o Município tem maior possibilidade de resolver os problemas ambientais, visto que a vivência com a realidade está mais próxima. Neste sentido, as ações sustentáveis realizadas pelo Município podem ter melhor execução. Em continuação, o Secretário de Administração mencionou que os poderes Estaduais e Federais não têm destinado recursos para tratar os resíduos sólidos.

Na sequência das indagações, foi questionado ao Secretário de Administração sobre a Gestão Pública Municipal ter investimento em planejamento estratégico, como a implantação de Programas e Projetos na área ambiental da Instituição.

De acordo com o Secretário, “através de um processo licitatório realizado no dia 20 de Junho de 2014, a Gestão Pública Municipal contratou a empresa Reambiental Consultoria Planejamento Gestão Construção e Execução de Projetos Sustentáveis, CNPJ 05.039.062/0001-20, no valor de 46 mil reais de recursos próprios do Município, no intuito de elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e de projetos para serem encaminhados ao Governo Federal a fim de levantar recursos para a destinação correta dos resíduos sólidos, pois, o Município encontra-se em dificuldade financeira”.

A quarta questão subjetiva, foi perguntada a Secretária de Meio Ambiente em referência

do não cumprimento da legislação ambiental em alusão a falta de recursos do Governo Federal. Segundo a Secretária de Meio Ambiente, “os recursos são mínimos destinados ao meio ambiente”.

Em consulta a Lei 12.305/2010, percebe-se que a falta de repasse de recursos do Governo Federal para o Município, pode ser em virtude da falta de um plano Municipal de Resíduos sólidos. De acordo com o art. 18 da referida Lei, para ter acesso a recursos da União é preciso que os municípios tenham elaborado um Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Dando sequencia as indagações, foi questionada ao Secretário de Administração sobre a realização de programas e projetos em cumprimento a Lei 12.305/2010 que menciona a substituição dos lixões a céu aberto por aterro sanitário.

Em resposta, o Secretário citou que “a Gestão Pública Municipal realizou um processo licitatório contratando a empresa Reambiental Consultoria Planejamento Gestão Construção e Execução de Projetos Sustentáveis, no intuito de elaboração do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e de projetos para serem encaminhados ao Governo Federal a fim de levantar recursos para a destinação correta dos resíduos sólidos em consonância com que rege o art. 18 da Lei 12.305/2010”.

Na sexta questão subjetiva, foi perguntada a Secretaria de Meio Ambiente Municipal sobre a organização de palestras abordando a temática ambiental nas Escolas do Município. Em resposta, a Secretaria de Meio Ambiente mencionou que “não estava sendo organizadas palestras abordando a temática ambiental nas escolas Municipais”.

Ao final das indagações, foi questionado ao Secretário de Administração em referencia as audiências Públicas realizadas com a população, ser uma boa iniciativa para que Administração Pública Municipal e a população criem métodos alternativos para construção de um desenvolvimento sustentável local. De acordo com as palavras do Secretário, “no dia 28 de Outubro de 2014 foi aprovada pela câmara legislativa do Município a Lei Nº 586/2014 que criou o plano diretor participativo municipal realizado por este órgão público juntamente com a empresa CMT Engenharia que levantou as dificuldades e ideias de todas as comunidades rurais e urbanas, que se estendeu de março de 2012 á março de 2013”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste Trabalho de pesquisa, realizado na Prefeitura Municipal de Riacho dos Cavalos-PB, após coletados dados e apresentado às ações que a Secretaria de Meio Ambiente e a Gestão Pública Municipal tem executado. Percebeu-se que a Secretaria de Meio Ambiente Municipal tem apresentado desafios concernentes à aplicação de ações sustentáveis.

A pesquisa demonstrou que a Secretaria de Meio Ambiente apresenta deficiências em ações sustentáveis. Através das respostas da Secretária de Meio ambiente e o Secretário de Administração mostram que as possíveis causas são a falta de recursos e a criação de um Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

As discussões apresentadas nesse artigo poderão representar importantes reflexões a respeito da Gestão Ambiental Municipal com a realização de ações sustentáveis que visem à preservação do meio ambiente local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto das Cidades, Lei 10.257**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: < <http://www.vsilva.com.br> > Acesso em: 02 de Novembro de 2014.

_____. **Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 07 de Novembro de 2014.

CAMPOS, H. A; MORAIS, R. T. R. **Gestão Ambiental Municipal: A experiência de um Município da região das Hortênsias no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.convibra.org/2009/artigos/174_0.pdf>. Acesso em: 21 de Outubro de 2014.

CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. *et al.* Gestão local e meio ambiente. In: **Ambiente e sociedade**, v.III, n.1, Campinas, SP, jan/jun., 2005.

CHIESA, M. Gestão Ambiental: Entraves e Perspectivas para a Municipalização no Estado do Espírito Santo. In: Congresso Consad de Gestão Pública. 2. , 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2008.

CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: < www.mma.gov.br. > Acesso em: 21 de Outubro de 2014.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

FALQUETO, Júnia Maria Zandonade. **A Gestão Ambiental na Administração Pública: O caso da câmara dos deputados**. Dissertação (Graduação em Administração), faculdade de economia, Administração, contabilidade e Ciência da Informação e Documentação; Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **Censo demográfico de Riacho dos Cavalos–PB (2010)**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 de Maio de 2014.

_____. **Histórico da Cidade de Riacho dos Cavalos**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 de Maio de 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. ver. ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Lindomar Bezerra de. **Educação Ambiental na Escola: uma interpretação da realidade de uma escola de Ensino Fundamental no Município de Riacho dos Cavalos-PB**. Dissertação (Licenciatura em Ciências Agrárias)-Universidade Estadual da Paraíba, Catolé do Rocha-PB, 2014.

MACHADO, Jacimara Guerra. **Gestão Ambiental na Administração Pública: a mudança dos padrões de consumo “começa em casa”**. UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2002.

MAIA, H. J. L. et.al. Política Nacional de Resíduos Sólidos: um marco na Legislação Ambiental Brasileira. **Revista Polêm!ca**, v. 13, n.1, janeiro/fevereiro de 2014.

MELATI, Cláudia. **Socialização Organizacional na Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Especialização em Administração Pública Contemporânea)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2013.

NASCIMENTO, Luís Felipe. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA. **I Encontro de Secretários Municipais de Meio Ambiente**. Disponível em <<http://www.barbacena.mg.gov.br>>. Acesso em: 12/09/2014.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHOS DOS CAVALOS. **Lei 586/2014**. Disponível em: <<http://www.riachosdos Cavalos.pb.gov.br>>. Acesso em: 21 de Novembro de 2014.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Planejamento estratégico e planos diretores municipais: referenciais e bases de aplicação. In: **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v.12, n.3, p.717-739, jul/set. 2008.

RORIZ, T. R. S.; CASTRO, J. D. B. C. Coleta seletiva como instrumento de gestão sustentável para o aterro sanitário de Anápolis. **Revista de Administração da Unievangélica**. V. 6. n. 6. 2011.

SANTOS, Suzimara. **Valorização cultural para uma proposta de gestão ambiental**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/277714/1/valorização-cultural-para-uma-proposta-de-gestão-ambiental/página1.htm>. Acesso em 03 de Junho de 2014.

SCHENINI, P.C; NASCIMENTO, D. T. Gestão Pública Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, Santa Catarina. V.4, n.08, p.1-18, jul/dez 2002.

SOUZA, Elaine et. al. Desafios da gestão ambiental nos municípios. In: LITTLE, Paul (org). **Políticas ambientais no Brasil: instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

SOUZA, Maria das Graças. **Histórico da Educação Ambiental no Brasil**. Dissertação (Licenciatura em Biologia)- Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Goiás, Brasília, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: UFSC, 2009.

ANEXOS



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

GESTÃO AMBIENTAL: IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES SUSTENTÁVEIS REALIZADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS-PB

ALUNO: EDRAS CARNEIRO VAZ

PROFESSOR ORIENTADOR: JOSE AUSTERLIANO RODRIGUES

QUESTIONÁRIO

Dados do Entrevistado:

1. Cargo

1 () Secretária de Meio Ambiente

2. Sexo

1 () Masculino 2 () Feminino

3. Idade:

1 () 25-30

2 () 31-35

3 () 36-40

4 () 41-45

5 () 46-50

6 () 51-55

7 () 56-60

8 () mais de 60

